

# Dinheiro de subvenção pagou uísque do Paraguai

RECIFE — Recursos do Orçamento liberados a título de subvenção social para a Fundação Maria Mimosa, uma entidade fantasma em Pentecoste, a 150 km de Fortaleza, foram destinados à compra de uísque contrabandeado do Paraguai. O dinheiro desviado pela presidente da entidade, Telma Gomes de Araújo, correspondia, em valores de junho de 1992, a Cr\$ 50 milhões. A fraude foi descoberta mês passado, quando a Polícia Federal apreendeu com ela, em Foz do Iguaçu (PR), cem caixas de uísque contrabandeado.

No depoimento que prestou à PF do Ceará dia 26, Telma recusou-se a dar o nome do deputado federal cearense que intermediara a liberação da verba. Ela alegou ter sido a verba solicitada por intermédio de um escritório em Fortaleza especializado nesse tipo de trabalho e informou que aguardava a liberação do restante da verba.

Detida pela PF — e depois liberada mediante pagamento de fiança — Telma confessou ter adquirido pelo menos 200 caixas de uísque contrabandeado com o dinheiro da subvenção. Por envolver desvio de recursos federais, o caso foi remetido à Procuradoria da República no Ceará. No início da semana, o procurador Oscar Costa Filho enviou cópia do processo à CPI do Orçamento, em Brasília.

Telma contou ter conseguido a verba graças à ajuda de “um velho amigo” da Fundação Maria Mimosa, criada em 1986 por sua avó “para prestar assistência a menores carentes e a idosos” e desativada desde 1991. Identificado apenas como Jorge Alberto, este amigo teria dito a ela que bastaria entregar-lhe papéis timbrados da fundação e uma documentação de registro para levantar o dinheiro. Telma garantiu ter assinado os papéis timbrados da fundação em branco. Disse que não sabia o endereço de Jorge Alberto, já que costumava encontrá-lo na sede da LBA. Segundo ela, os recursos foram depositados em sua conta bancária um mês depois de solicitar a subvenção.

— Não temos dúvidas de que esse esquema era praticado por outras entidades. Nos diversos pedidos que estamos analisando, a redação é praticamente a mesma. Tudo indica que os presidentes das entidades assinavam os papéis em branco para intermediários — afirmou o procurador Oscar Costa Filho, que está investigando 92 denúncias de liberações de verbas para entidades fantasmas no Ceará.